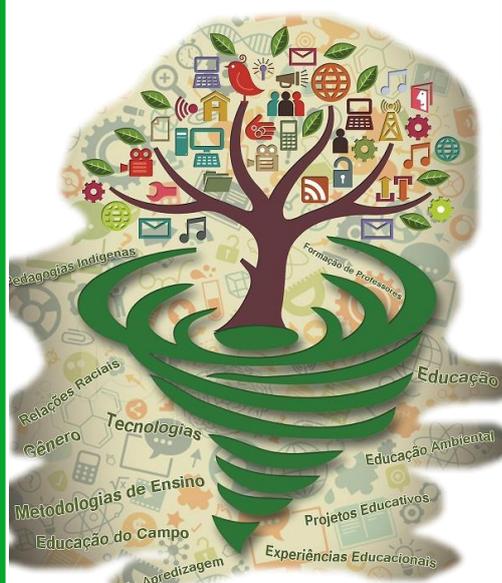


Revista de Comunicação Científica: RCC



ARTIGO

VISIBILIDADES NA FRONTEIRA: UM ENSAIO PARA UM EXERCÍCIO DECOLONIAL

Visibilities on the frontier: a rehearsal for a
decolonial exercise

Visibilidades en la frontera: un ensayo para un
ejercicio decolonial

Sônia Maria de Campos

Mestranda em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Professora na Escola Estadual Onze de Março, Cáceres-MT.

ORCID: 0009-0005-6001-8127

E-mail: sonia.campos@unemat.br

Waldinéia Antunes de Alcântara Ferreira

Doutora e Mestre em Educação, Professora da Universidade do Estado de Mato Grosso, curso de licenciatura em Pedagogia e professora dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) e em Ensino em Contexto Intercultural Indígena (PPGECII).

ORCID: 0000-0001-5949-7590

E-mail: waldineiaferreira@unemat.br

Como citar este artigo:

CAMPOS, Sônia Maria de; FERREIRA, Waldinéia Antunes de Alcântara. Visibilidades na fronteira: um ensaio para um exercício decolonial In **Revista de Comunicação Científica – RCC**, Edição Especial, Vol. 4, n. 17, p. 192-207, 2024.

Disponível em:

<https://periodicos.unemat.br/index.php/RCC/index>

Edição Especial, Volume 4, número 17
(2024)

ISSN 2525-670X



VISIBILIDADES NA FRONTEIRA: UM ENSAIO PARA UM EXERCÍCIO DECOLONIAL

Visibilities on the frontier: a rehearsal for a decolonial exercise

Visibilidades en la frontera: un ensayo para un ejercicio decolonial

Resumo

A fronteira entre Brasil e Bolívia compartilha aspectos culturais diversos, como etnias, línguas, e modos de viver; os moradores que compõem esse espaço têm nacionalidade brasileira, boliviana e também acolhe o povo Chiquitano e pessoas denominadas como “bugres”. O objetivo do texto é discutir as diferentes compreensões de fronteira problematizando os processos coloniais e os exercícios decoloniais dos significados do lugar e das relações neste espaço. Para a construção textual, metodologicamente, fez-se uso de pesquisas bibliográficas com reflexões a partir das abordagens da pesquisa qualitativa em cunho. Compreendemos que a fronteira é além de um território de vizinhanças, mas coadunam relações econômicas, políticas, e neste lócus a episteme e a forma de compreendê-la se alinha aos preceitos de diferentes colonialidades.

Palavras-chave: Fronteiras; Colonialidades; Decolonialidade

Abstract

The border between Brazil and Bolivia shares diverse cultural aspects, such as ethnicities, languages, and ways of life; the residents who make up this space have Brazilian and Bolivian nationality and are also home to the Chiquitano people and people known as “bugres”. The objective of the text is to discuss different understandings of borders, problematizing colonial processes and decolonial exercises of the meanings of place and relationships in this space. For the textual construction, methodologically, bibliographic research was used with reflections based on qualitative research approaches. We understand that the border is beyond a territory of neighborhoods, but economic and political relations are consistent, and in this locus the episteme and the way of understanding it align with the precepts of different colonialities.

Key-word: Borders; Colonialities; Decoloniality.

Resumen

La frontera entre Brasil y Bolivia comparte diferentes aspectos culturales, como etnias, idiomas y formas de vida; Los vecinos que conforman este espacio tienen nacionalidades brasileña y boliviana y también acogen al pueblo chiquitano y conocido como “bugres”. El objetivo del texto es discutir diferentes comprensiones de las fronteras, problematizando los procesos coloniales y los ejercicios descoloniales de los significados de lugar y las relaciones en este espacio. Para la construcción textual, metodológicamente se utilizó la investigación bibliográfica con reflexiones basadas en enfoques de investigación cualitativa. Entendemos que la frontera está más allá de un territorio de barrios, pero las relaciones económicas y políticas son consistentes, y en este locus la episteme y la forma de entenderla se alinean con los preceptos de las diferentes colonialidades.

Palabras clave: Fronteras; Colonialidades; Descolonialidad.

Introdução

O presente texto é um recorte da reflexão a partir do projeto de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Mato Grosso, e tem como objetivo visibilizar o que estamos denominando de *lócus* da pesquisa, um espaço onde estão inscritas vivências, um lugar de compressões a partir da memória sobre a fronteira, mas também a partir da construção midiática deste lugar.

Assim, denominamos *lócus* fronteiro da pesquisa como um lugar construído sob diferentes olhares desta pesquisadora. No entanto, visibilizar toma dois vieses importantes que são: o olhar costumeiro da vivência, aparentemente pouco interessante, mas que guarda tramas e experiências que consideramos importantes para interpretar as relações que ali acontecem; e o olhar epistemológico desse lugar a partir das lentes e reflexões decoloniais, que sugerem uma perspectiva diferente, isto é, que valorizam os protagonistas deste monumental enredo.

O texto que se segue está dividido em partes, a primeira denominada “A imagem da fronteira Brasil-Bolívia/Cáceres-MT evidencia a imagem da fronteira Brasil-Bolívia – Cáceres-MT”, na qual apresentamos uma das facetas de como a região de fronteira foi constituída no imaginário local. Nesse sentido ressaltamos o papel da imprensa neste processo. Na segunda parte, “Epistemologia de fronteira”, expusemos o conceito de epistemologia de fronteira, em que deixamos claro nossa opção em seguir os desdobramentos metodológicos desta teoria. Na terceira e última parte “Fronteira: “lugar esquecido”, mas “cheio de vida”, que apesar de ser um lugar abandonado pelo poder público, possui uma dinâmica cultural singular, é também o fechamento deste exercício de olhar e ver o outro que as vezes somos nós mesmos, com outra lente epistemológica.

A imagem da fronteira Brasil-Bolívia /Cáceres-MT

Fronteiras são espaços e limites que podem ser compartilhados de diferentes formas, com aspectos compreendidos dentro de uma dinâmica social positiva ou negativa a depender das relações empreendidas nesse *lócus*. Assim, a fronteira que estamos falando é a fronteira Brasil-Bolívia circunscrita ao estado de Mato Grosso, município de Cáceres. Um lugar de composição faunística e florística singular pela presença do bioma Pantanal, e na Bolívia essa fisionomia pantaneira é conhecida como Chaco boliviano. Existem belezas naturais compartilhadas, como a piscina natural de pedras que fica no limite geográfico entre os dois países na Corixa Cacerense.

Essa é a imagem geográfica física de fronteira, mas, para compreender essa fronteira, é preciso trazer as imagens concebidas a partir da escuta social, pois somos parte desse lugar fronteiriço e as interpretações quase sempre estão permeadas pela negatividade, porém, também reconhecemos a complexidade de sermos e estarmos em fronteira.

A fronteira (neste *lócus*) faz parte de um imaginário em que este espaço é perigoso, que constantemente ocorre contrabando de mercadorias ilícitas, lugar de passagem de carros roubados, assaltos, homicídios, tráfico de drogas, enfim, uma visão deturpada e apenas negativa desse espaço. O imaginário a que me refiro tem uma forte contribuição da mídia na veiculação de notícias que evidenciam sobremaneira as problemáticas sociais da fronteira.

Tais problemas sociais não são de exclusividade deste espaço, mas se distribuem em outras situações fronteiriças, e, conforme Candau (2016), causa tensões que estão articuladas com as construções históricas e político-culturais dessas realidades. É necessário compreender que tais tensões fazem parte da herança de um processo histórico colonizador de alguns países europeus. Estes se sobrepuseram às comunidades nativas e as imposições e domínio foram impostas de várias maneiras, ou seja, de forma físico/geográfica, econômica, política e sociocultural. O fenômeno colonizador constituiu-se como um instrumento de dominação, principalmente, dentro da América Latina, onde a categoria 'Outro', é compreendida como os de fora do ego hegemônico do poder.

Vale ressaltar que essa visão é herança de um projeto da modernidade que vem atuando desde o período colonial sobre e nos países latino-americanos. Após a independência, os novos Estados nacionais que surgem da descolonização continuam reproduzindo políticas de discriminação que impõem vontades e conhecimentos, inferiorizando o ser e atribuindo modelos de sociedade pautada na exploração, na subjugação de pessoas negras, indígenas, mestiças, crianças e mulheres, portanto, uma política social centrada no processo capitalista.

A dinâmica social e cultural na fronteira Brasil-Bolívia é extremamente complexa e inapreensível em sua totalidade. Como exemplo desta heterogeneidade podemos mencionar a presença de bolivianos que cruzam as fronteiras de diversas maneiras em busca de serviços públicos como educação e saúde (ter um filho no Brasil é dar a ele dupla nacionalidade); o comércio de mercadorias é intenso nos dois sentidos da fronteira; há trabalhadores sazonais de bolivianos nas propriedades rurais situadas na fronteira, há comerciantes bolivianos e suas famílias que residem permanentemente em Cáceres e comerciantes brasileiros que residem permanentemente em San Matias; dentre outros.

Nesse sentido, o que estamos apresentando é uma fronteira vivida, porém, essa mesma fronteira é objeto de preconceitos e de subjugação das populações fronteiriças, e neste caso, geralmente a imagem que se apresenta acerca dos moradores do país vizinho os mostram como inferiores em relação à sociedade brasileira. É esse misto de aceitação e repulsa que acaba se formando o imaginário da fronteira.

Não podemos ser ingênuos em pensar que tal imagem não é constituída sem interesses. Ao contrário, ela faz parte de um mecanismo contínuo de manutenção dos interesses econômicos das elites. Na verdade, são vários grupos em disputas neste território de fronteira específico, e para demonstrar as situações de conflitos que corroboram para a construção de uma imagem assentada no negativismo, e de leitura de um lugar perigoso, cabe-nos recorrer às fontes midiáticas, e estas revelam a fronteira como lugar que se efetiva no contrabando de mercadorias, roubo e drogas ilícitas.

As notícias estampadas nos jornais da década de 1990, por exemplo, período

em que a fronteira foi ocupada, no lado brasileiro, por assentamentos de trabalhadores sem-terra, denotam bem o que estamos afirmando. As imagens textuais apresentadas na mídia apresentam os problemas de ilegalidade fronteiriça, e estas ao serem circuladas causam alvoroço. A situação abaixo mencionada faz parte de uma ilegalidade, uma vez que proprietários brasileiros não podem permanecer com placas estrangeiras. Desta forma a fronteira é marcada pela imagem da ilegalidade que se estende dentro de uma compreensão generalizada. Uma compreensão que fortalece um discurso de uma fronteira criminalizada, sem outra forma de compreendê-la.

A Polícia Militar apreendeu ontem em Cáceres, 8 veículos importados com placa e documentações boliviana, de propriedade de brasileiros. A solicitação para apreensão partiu da Receita Federal do município, com a finalidade de se fazer cumprir o que determina a legislação aduaneira, que proíbe a importação de bens de consumo usado, como móveis, automóveis, eletrodomésticos e roupas. [Jornal Folha do Povo. Cáceres, 15/05/1995, p. 1].

Foi apreendido ontem (17) durante uma operação de combate e repressão ao contrabando, por PMs do 6º BPM, uma grande quantidade de artigos, que estavam entrando ilegalmente no Brasil. Ao todo foram recolhidas mais de sete mil peças entre roupas, perfumes, brinquedos, produtos farmacêuticos, relógios, todos esses produtos não portavam notas fiscais. Foram adquiridos na cidade boliviana de San Ignacio de Velasco e seriam comercializados na cidade de Cáceres, estavam sendo transportados por um ônibus fretado.

Soldado do 6º Batalhão de Polícia Militar – 6º BPM, em operação na BR 174, comandada pelo Capitão Orlando Melquíades, apreenderam amanhã de ontem, às 09hs, 11 quilos de cocaína pura. A droga vinha num fundo falso de uma Brasília branca, placa AZ4732 de Cuiabá (...). [Jornal Folha do Povo. Cáceres, 23/05/1995, p. 01].

Essa textualidade-fato, sob nossa compreensão, é complexa, não pelo acontecido, mas também o é, mas nas narrativas generalizadas de populares ao apontar a fronteira e os fronteiriços como criminosos. Ou seja, muitas vezes Cáceres olha para a Bolívia com discriminação e creditando a droga, o roubo, a responsabilidade do contrabando ao país vizinho, e outros centros olham para Cáceres nesta mesma relação. Ou seja, uma generalização criminosa, de uma fronteira perigosa.

O exercício em olhar e interpretar a fronteira compreendendo as relações sociais, econômicas, culturais *com e em todos* os seus movimentos, sem perder de vista o tempo, a história, a memória, e a constituição da fronteira. Pensar a fronteira vivida é um exercício epistemológico, e é neste caminho que nos envidaremos a partir deste momento. Mas em primeiro lugar é importante apontar o que entendemos como fronteira.

Conceituar fronteira é muito complexo, esse conceito passou por revisões teórico-metodológicas significativas nas últimas décadas devido às transformações nas concepções do espaço geográfico e sua dinâmica, houve mudança no conceito de fronteira:

[...] não é mais considerada somente um limite físico ou político, desprovido de sujeitos e relações, da mesma forma que o território, não é mais compreendido somente como uma demarcação espacial, dotado de características físicas e sociais. As práticas sociais, as relações, as ações políticas (Estado) e as redes passam a ser fundamentais na interpretação contemporânea de fronteira e território (Rodrigues, 2015 p.140).

Com essa nova abordagem na definição “fronteira” para além de um limite físico ou político, e sim territórios com de sujeitos que mantêm relações de variada natureza; da mesma forma que o território não é mais compreendido somente como uma demarcação espacial, mas este é dotado de características físicas, sociais e relações culturais.

Epistemologia de fronteira: uma construção pelo pensar

O estudo em desenvolvimento articula-se com a fronteira e tem como lócus uma escola localizada entre o município de Cáceres-MT (Brasil) e seu congênere San Matias (Província de Angel Sandóval – Departamento de Santa Cruz – Bolívia). Historicamente, essa fronteira foi estabelecida em consequência do projeto colonizador dos países europeus Portugal e Espanha, a partir do século XVII, como parte do movimento conhecido como Era das Grandes Navegações que se iniciou nas últimas décadas do século XV. Nesse processo, as monarquias europeias desejavam conhecer e dominar o “Novo Mundo”, pois aos seus olhos este continente era

incivilizado e bárbaro que contrapunha os valores civilizatórios conquistado por estes Estados; com isso estabelecendo novas dicotomias (razão *versus* barbárie; progresso *versus* atraso, ciência *versus* superstição etc.) e novas identidades (negros, brancos, mestiços, criollos etc.).

Nesse sentido, a própria criação da América foi um ato constitutivo do moderno sistema mundial capitalista (Quijano, Wallerstein, 1992, p. 586). Concomitante a este processo, a violência generalizada em todos os campos do viver foi e continua sendo uma de suas marcas. Este conjunto de práticas denomina-se “colonialidade” conceito cunhado por Aníbal Quijano que transcende as relações político-econômicas e administrativas engendradas pelo colonialismo.

Historicamente o processo colonizador europeu dividiu a América do Sul, em particular, entre portugueses espanhóis, impôs um domínio avassalador às comunidades nativas, como os Chiquitano que vivem na região da fronteira supracitada, além de criar marcos demarcatórios que separou violentamente esses povos.

Durante nossas observações percebemos que os povos nativos que estavam sob adominação espanhola conseguiram manter, parcialmente, as suas terras; quanto os das terras de domínio português, em sua maioria, perderam-nas, e foram morar nos bairros afastados e precários do município de Cáceres ou se tornaram subempregados dos fazendeiros que apossaram/invadiram ou comparem suas propriedades.

Todo este processo causou o silenciamento e a negação do potencial epistêmico das histórias locais, acarretando uma divisão entre os conhecimentos, invisibilizando, desconsiderando e até destruindo as práticas culturais existentes elaboradas e produzidas por estes povos. As mudanças políticas e sociais que estes territórios sofreram (independência política, fim de formas de trabalho compulsório, organização da economia em bases capitalistas); pois

[...] a colonialidade perpassa a cultura, a economia, a política, o simbólico, o epistêmico e o ontológico, ou seja, ela forma uma articulação heterárquica, uma rede de múltiplos regimes de poder, em que vigoram a hierarquização e a opressão. (Castro-Gómez, Grosfoguel, 2007, p. 14).

Sinteticamente, a colonialidade costuma ser reproduzida em três dimensões não estanques, mas inter-relacionadas: poder, saber e ser. Segundo Quijano (2005, p. 649), a questão central gira em torno do poder, pois:

[...] trata-se da constituição de um poder mundial capitalista, moderno/colonial e eurocêntrico a partir da criação da ideia de raça, que foi biologicamente imaginada para naturalizar os colonizados como inferiores aos colonizadores.

Por muito tempo permaneceu um sistema de dominação em todos os aspectos: político, econômico, geográfico e cultural, sobrepondo hierarquicamente os povos europeus sobre os nativos, criando e implantando denominação de mundos civilizados e incivilizados. Ou seja, o Novo Mundo e a América são invenções europeia-cristã-capitalistas moldados pelas monarquias e, posteriormente pelos Estados nacionais (Mignolo, 2008).

Em meio a esses apontamentos, Mignolo (2010) afirma que desde o século XVI há uma certa aversão, descontentamento de alguns pensadores com relação a essa prática eurocêntrica e essa aversão culminou com o movimento latino-americano emergente, fazendo surgir nas academias abordagens de pesquisa caracterizada pela crítica ao pensamento colonial, pelo exercício deste em relação ao poder e a complexa constituição do ser e do saber.

Essas abordagens acadêmicas ficam fortes nos anos 2000, num contexto de hegemonia e crise neoliberal, produzindo estudos que compõem o movimento decolonial. Assim, inúmeros trabalhos acadêmicos são produzidos nos campos das Ciências Humanas como a Sociologia, a Linguística, a Filosofia, a Pedagogia e, mais recentemente, no Direito, renovaram o espectro teórico como contraponto de uma visão eurocêntrica do mundo. Todo esse processo foi chamado de giro decolonial. O Giro Decolonial (Maldonado-Torres, 2008). Essas estudos são caracterizados como uma virada epistemológica, uma proposição que rompe com os preceitos da modernidade.

Segundo Mignolo (2008, p. 246):

[...] o projeto decolonial passa, necessariamente, pela escolha de uma opção decolonial por parte do sujeito que expressa, através de sua práxis, o desprendimento e a abertura necessária para encontrar possibilidades de conhecimentos, memórias e histórias que foram encobertas (como não- saberes) e depreciadas pela colonialidade ou estigmatizadas como conhecimentos bárbaros, primitivos, míticos e supersticiosos.

Desta maneira, o pensamento decolonial se nutre dos elementos impostos pela colonialidade e pelas experiências vividas por sujeitos que foram desumanizados nos territórios onde foram submetidos à opressão colonial. (Maldonado-Torres, 2016, p. 63). Assim, com base nas leituras realizadas podemos em diálogo afirmar que o “Giro Decolonial” coloca em cena o sujeito colonizado que passa a adotar uma nova postura epistemológica e ético-política diante das questões presentes em todas as dimensões do seu viver. Daí os autores supracitados falarem em termos de “atitude decolonial” como uma postura dos sujeitos perante o mundo, isto é, uma postura ético-afetiva contra os efeitos de um sistema de exclusão em suas várias dimensões como o genocídio, o racismo, o feminicídio e o epistemicídio. (Maldonado Torres, 2007).

Uma questão que julgamos importante em torno desta reflexão é o papel da ciência, ou melhor da ciência eurocêntrica. A versão da ciência ligada à colonialidade se caracteriza pela tutela do conhecimento. É como se antes dela não existisse vivências humanas em comunidades, como se não existissem memórias relacionadas aos afetos e aos saberes; então vem o conhecimento científico e despreza todas essas experiências, aparta-as, e coloca em seu lugar um ponto de vista universal que se pretende neutro e capaz de tudo explicar.

A crítica epistemológica decolonial se contrapõe a essa pretensão universalista da ciência moderna ao preconizar que todo conhecimento é situado em um corpo, em um tempo e em um espaço e que não pode se desvencilhar dessa imanência. Mignolo (2002,p.59), afirma que

[...] existe uma geopolítica do conhecimento que opera a hierarquização de lugares, nos quais certas modalidades de conhecimento, produzidas e apropriadas no centro do Sistema-Mundo, são encaradas como modernas e universalizantes enquanto

os conhecimentos produzidos em regiões colonizadas e periféricas, são considerados pré-modernos (ou não-conhecimentos), por isso são subordinados e inferiorizados.

Walter Mignolo (2003, p. 36) - talvez o mais empenhado dos intelectuais vinculados ao Grupo Modernidade/Colonialidade - afirma que não se pode pensar colonialidade e decolonialidade como fenômenos isoláveis, ao contrário, devem ser compreendidos nas suas interrelações. Esta constatação tem como desdobramento a percepção de que é nos interstícios desta relação – colonialidade versus decolonialidade – que emerge o que o autor vai denominar de “Epistemologia de Fronteiras”. Para este emiólogo argentino a epistemologia de fronteira é um esforço de “superação” “onto- epistemológica” da colonialidade, que pensa o sujeito e opera com o sujeito, mas a partir de uma perspectiva holística, na qual coexistem o conhecer, o sentir e o fazer, dentro de uma circunstância histórica conflituosa e ambígua de resistência.

É no interior desta “fronteira” que, para além de uma concepção de fronteira física enquanto limite jurídico-político que demarca território entre Estados constituídos, se refere a uma metáfora que denuncia que o conhecimento é incorporado por sujeitos carnaís, atravessados por contradições sociais e lutas concretas que emergem de suas experiências vividas nas zonas de contato/conflito da colonialidade (Castro-Gómes, Grosfoguel, 2007, p. 20). Aqui a epistemologia de fronteira segue o pensamento colonizado, do inferior, do espaço do crime e subjulga-se em direitos e ações, em dificuldades econômicas e de diversas ordens, constituindo assim epistemologias de fronteiras criminalizadas e de fato embobrecidas pela expropriação dos seus diferentes bens.

A Epistemologia de Fronteiras não nega a Modernidade, nem se limita a se subjugar aos seus parâmetros, sendo uma crítica persistente e radical a ela, tornando-se uma espécie de reflexão sobre o trauma que constitui a subjetividade colonizada (Dussel, 2016, p. 67). Um movimento que é epistemológico coadunado pela ciência, pelos diferentes lócus sociais produzindo como estamos afirmando, subjetividades, jeito de sentir e também de ser sentido e olhado pelos outros grupos. Portanto, uma fronteira não se constitui apenas fisicamente, ela é subjetivada e constituída dentro das feridas e dos traumas da colonização, passada e pelas colonialidades do poder

que se fazem presentes e opressoras.

Nesse sentido na concepção decolonial, o compromisso da Epistemologia de Fronteiras é com a pluriversalidade enquanto projeto universal, na qual “os futuros globais não poderão mais ser pensados como um futuro global, em que uma única opção é disponível” (Mignolo, 2017, p. 14), mas que considerará um projeto trans moderno, mesmo considerando que a genealogia do pensamento decolonial não se limita a indivíduos, mas incorpora-se aos movimentos sociais.

Fronteira: “lugar esquecido”, mas “cheio de vida”

Como pensar o “compromisso com a pluriversalidade” neste território de fronteira (Cáceres-BR / San Matias-BO) diante da constatação de tanta desigualdade econômica, aporofobia e preconceito cultural? Quando realizamos uma viagem de observação neste território com a finalidade de traçarmos os rumos de nossa pesquisa, deparamos com uma “realidade” que nos afetou sobremaneira. Constatamos, por exemplo, que os moradores dos assentamentos da fronteira se ressentem muito da falta de apoio governamental que se reflete na ausência de um posto de saúde (o único posto de saúde fica dentro do destacamento militar), no acesso à água (não há curso de água natural na região). Este último item é um problema que afeta o plantio e a criação de animais.

Para se ter alguma renda uma das alternativas é recorrer ao trabalho nas fazendas que muitas vezes é mal remunerado e sem garantia dos direitos trabalhistas; e esta vulnerabilidade torna os jovens uma presa fácil para o mundo do tráfico de drogas.

Para sobreviver a essas difíceis condições, os moradores se juntam, reúnem forças, criam estratégias, que neste momento denominaremos de “redes de solidariedade”, baseadas em práticas ancestrais como benzedores(as), parteiras, rezadeiras. Elas são importantes para manter o grupo coeso e para fortalecer o ânimo dos indivíduos que pertencem a estas coletividades.

As conversas informais que ensejamos com alguns dos moradores nos

apontaram caminhos para pensar o quanto estas práticas são móveis e transitam pelos dois países. Que não são bandidos, mas que geralmente, há uma discriminação com quem vive bem na fronteira. Observa-se um processo destes que residem no limiar da fronteira, um processo que é intercultural, de trocas de saberes, de participação festivas no Brasil e na Bolívia, e afinal na fronteira existe também relação de parentesco. Observou-se também que a língua não é empecilho para se isolarem na comunidade permitindo a socialização das famílias que residem tanto em território brasileiro quanto em território boliviano. Então, ao mesmo tempo que a fronteira é compreendida pelos que estão “mais longe” dentro do aparato do perigo, para os que estão no lugar, o sentimento é muito mais de encontro do que de desencontros.

Segundo Dussel (1993, p. 35):

[...] toda fronteira é marcada pela ambiguidade. Ao mesmo tempo que ela opera a separação, a diferença e demarca os espaços, ela se realiza como zona conflitante de contato, área cinzenta permeada pelo encontro e pelo encobrimento do outro.

Percebemos em suas falas, que há encontros em afetividade materializada na cultura e nos costumes. Reforçando a afirmação de Dussel, a fronteira é um lugar de encontro e desencontro, sociabilidade, solidariedade, trocas-mistura culturais, e nesse locus em que estamos imersas também temos experimentado conjuntamente a participação de festas de santo, torneios de futebol, e outras atividades que ocorrem em ambos os territórios. Ou seja, uma constante construção de relações.

Pensando estes eventos com Mignolo (2008), pode-se afirmar que eles contribuem para a construção de relações porque a “fronteira é sempre um lugar de passagem, não de pouso”, é dinâmica, não é estática, as pessoas e famílias constroem suas relações, tornando o limite físico invisíveis.

Daí a necessidade de abrir caminhos para se estabelecer conexões entre as subjetividades descritas acima e a fronteira. Ao buscar esta via, optamos em nossa pesquisa por utilizar como embasamento teórico a chamada “Epistemologia de Fronteira”, que se baseia na abordagem decolonial cuja centralidade se ancora na desconstrução do pensamento eurocêntrico colonial e suas contradições.

Nesse sentido, os estudos decoloniais tem como pressuposto básico o olhar

para as práticas sociais, comunitárias, e, também fenômenos educacionais presentes em comunidades indígenas, quilombolas, tradicionais, bem como, ações do movimento social (Oliveira; Gomes, 2021) e experiências fronteiriças nas suas diversas formas de sociabilidade e interculturalidade. Uma interculturalidade que conforme Azinari (2022) faz da formação docente, das prtáticas pedagógicas experiências não monoculturais permeadas pela dialogicidade e pelo respeito para com os outros.

Assim, este estudo se assenta no exercício que se quer decolonial, com a produção de outros olhares e reflexões acerca da decolonidade na fronteira. Nesse lócus se encontra diversos sujeitos que trazem consigo uma gama de experiências vividas e compartilhadas e nesse sentido,

[...] a pesquisa em educação que se propõem decolonial deve atentar para a realidade corporal, histórica e geográfica de seus sujeitos (sujeitos- pesquisadores e sujeitos-pesquisados)” (Oliveira; Gomes, 2021. p. 665).

Este espectro abarcado pela educação ao qual o autor se refere é de crucial importância para entendermos a dinâmica da fronteira, mas também a historicidade das inúmeras facetas que os diversos “preconceitos” se revestiram ao longo do tempo.

Nessa perspectiva de pensar a própria pesquisa, que deu origem a este texto, inferimos o pensamento de uma fronteira marcada pela criminalidade, portanto, de pessoas que cometem crime de forma generalizada, de uma fronteira de contrabando, de drogas como já fizemos alusões anteriormente. Mas também refletimos sobre uma fronteira colonizada, expropriada, amalgamada e com feridas coloniais que criaram subjetividades nas formas de pensar-sentir e se relacionar com esse lugar, evidenciamos uma colonialidade do poder constante. Enfim, a fronteira é um espaço-lugar complexo. Espaço para os distantes de diferentes formas geograficamente e epistemologicamente colonial e lugar para os que estão pertinho e produzem diferentes formas relacionais.

Nesse constructo reflexivo, vamos fechando este texto, ou o ensaio textual pensando a fronteira como um lugar esquecido politicamente, dentro de uma relação que aflora as colonialidades do poder e ainda assim afirmando a vida pujante em

relações culturais, sociais, interculturais que a fronteira possibilita.

Considerações finais

Assim, nessas considerações finais expressamos que realizar este ensaio nos fez conhecer e aproximar de discussões teóricas consideradas importantes para nossa pesquisa. São leituras que possibilitam realizar análises, como também nos abriu novas possibilidades para investigações. É certo que a pesquisa em “educação e fronteira” vem sendo um grande desafio, pois nos impele a levar em consideração várias dimensões do viver humano.

Referências

AZINARI, Amanda Pereira da Silva. Interculturalidade e o desenvolvimento profissional docente no contexto das diferenças culturais. **Revista da Faculdade de Educação**, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 59–74, 2023. DOI: 10.30681/21787476. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/10991>. Acesso em: 20 Out. 2024.

CANDAU, V. M. F. "Ideias-força" do pensamento de Boaventura Sousa Santos e a educação intercultural. **Educação em Revista**, v. 32, p. 15-34, 2016.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo de Hombres Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

DUSSEL, E. Europa, modernidad y eurocentrismo. **Revista de Cultura Teológica**, n. 4, p. 69-81, 1993.

DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016.

FOLHA DO POVO. **Jornal o Folha do Povo**, de 23 de maio de 1995. Cáceres, MT: Folha do Povo, 1995.

MALDONADO-TORRES, N. **Sobre la colonialidad del ser**: contribuciones al desarrollo de un concepto. El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global, p. 127-167, 2007.

MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. **Sociedade e**

estado, v. 31, p. 75-97, 2016.

MIGNOLO, W. The geopolitics of knowledge and the colonial difference. **The South Atlantic Quarterly**, v.10, n.1, p. 57 – 96, 2002.

MIGNOLO, W. Histórias **Globais/projetos Locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

MIGNOLO, W. D. Novas reflexões sobre a "idéia da América Latina": a direita, a esquerda e a opção descolonial. **Caderno CRH**, v. 21, p. 237-250, 2008.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, p. e329402, 2017.

OLIVEIRA, D. B.; GOMES, R. C.. Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo: compreensão, críticas e implicações na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, v. 35, n. 74, p. 643-677, 2021.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina¹. In: **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 107-126, 2005.

QUIJANO, A.; WALLERSTEIN, I. La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. **Revista Internacional de Ciencias Sociales**, n. 134, p. 583-591, dez. 1992.

RODRIGUES, A. L. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/NURBA**, n. 2, p. 139-157, Dez. 2015.

Recebido: 01/12/2024

Aprovado: 02/12/2024

Publicado: 20/12/2024